

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque (em vermelho) : Matérias que citam o ministro Wellington Moreira Franco ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: O Globo	2
Título: O "mecenas" da cultura	2
Título: Maior refinaria de alumínio do mundo paralisa atividades.....	2
Título: Governo adia horário de verão para 18 de novembro	4
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	5
Título: Maior refinaria de alumina do mundo paralisa produção no PA	5
Título: Presidenciáveis apresentam poucas metas específicas para o ambiente	6
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	8
Título: » Suspense.	8
Título: Hydro Alunorte suspende 100% das atividades no Pará	9
Título: Cade investiga companhias de combustível e aeroporto	10
Título: Mariana: indenização por tragédia será individual	10
VEÍCULO: Correio Braziliense	12
Título: Banco do Brasil escolhe MG para projeto de energia solar.....	12
VEÍCULO: Valor Econômico	12
Título: Eleito deve enfrentar crise energética e pressão tarifária.....	12
Título: Petrobras quer recuo de ANP em cálculo de preço	15
Título: Despacho 'excepcional' de térmica de Fortaleza custaria R\$ 220 milhões	17
Título: Pressionada, Hydro vai paralisar parte dos negócios no Brasil	18
Título: Parada na Hydro impulsiona alumínio.....	20
Título: CPFL reúne serviços não regulados em unidade	22
Título: Braskem aumenta preços de resinas em outubro	23
Título: Cade abre processo contra BR, Raízen e Air BP	24

Título: Samarco faz acordo com famílias de Mariana	25
Título: Decisão do Cade destrava investimentos da Logum	27

VEÍCULO:	O Globo
Data:	04/10/2018
Seção:	Colunas
Autor:	Ancelmo Gois
Título:	O "mecenas" da cultura

Quem conhece por dentro a máquina de propina instalada na Petrobras durante o governo petista não se surpreendeu com a revelação de Palocci, de que a área de Comunicação Institucional, comandada pelo sindicalista Wilson Santarosa, operou desvio de 3% da publicidade. Santarosa foi, durante muito tempo, o sonho de consumo de muitos artistas. Houve ano em que a estatal chegou a investir R\$ 170 milhões nas artes.

Chantagem tropical

A decisão da norueguesa Norsk Hydro de fechar a Alunorte, a maior fábrica de alumina do mundo, no Pará, está envolta num mistério. Desde março, a empresa foi obrigada a reduzir a produção em 50%, acusada de despejar resíduos em rios e igarapés da região. Ela nega. Em Oslo, o que se diz é que a empresa se sentia chantageada por autoridades brasileiras. Será?

VEÍCULO:	O Globo
Data:	04/10/2018
Seção:	Economia
Autor:	
Título:	Maior refinaria de alumínio do mundo paralisa atividades

Hydro afirma que é impedida de usar área nova para depósito de rejeitos. Ministério Público diz que falta licença ambiental

A Norsk Hydro, dona da Alunorte, a maior refinaria de alumínio do mundo, anunciou ontem que vai suspender as operações da unidade, que fica em Barcarena, no Pará. A mina de bauxita que fica em Paragominas, no mesmo estado, também vai parar.

A operação no Pará é a maior da empresa norueguesa. Dos 6 mil funcionários da Hydro no Brasil, 5 mil estão alocados no Pará.

Desde março, a Alunorte produz a apenas 50% da capacidade, por determinação de autoridades brasileiras, que acusam o grupo de despejo irregular de resíduos em rios e igarapés, o que a empresa nega.

A companhia afirma que seu depósito de resíduos de bauxita está próximo de atingir a capacidade máxima e que não pode adotar uma tecnologia mais avançada nem usar outra área para depositar rejeitos de bauxita em razão de um embargo judicial.

IMPACTO NOS PREÇOS

A Justiça determinou o embargo após um acidente em fevereiro, quando a água não tratada teria sido despejada na rede fluvial, depois de fortes chuvas que atingiram a região. Na ocasião, a Justiça determinou o embargo de uma das bacias de dejetos, por falta de licenciamento ambiental.

Segundo o Ministério Público Federal, a companhia sabia que a vida útil do primeiro depósito ia expirar e deveria ter se programado para licenciar ambientalmente o novo depósito, "portanto, a responsabilidade é toda da empresa". Além disso, acrescenta que a companhia ainda não tem a licença de operação do depósito e não cumpriu todos os condicionantes.

"Este é um dia triste, pois temos a tecnologia mais avançada do mundo para continuar com operações seguras, que estamos impedidos de utilizar. Isso afetará empregos, comunidades, fornecedores e clientes", diz John Thuestad, Vice-Presidente Executivo de Bauxita & Alumina da Hydro, em nota.

A refinaria da Alunorte produziu 6,4 milhões de toneladas de óxido de alumínio em 2017, o equivalente a cerca de 10% da produção global fora da China. Sua paralisação parcial no início deste ano elevou os preços do mercado. Segundo especialistas, a paralisação deve aumentar a escassez de alumina, um

ingrediente-chave da produção de alumínio, e pode pressionar preços de metais, o que afetaria um grande número de setores, de montadoras a fornecedores de bebidas em lata.

Ontem, os preços do alumínio subiram 3,6%, para US\$ 2.194 a tonelada, atingindo a maior alta em três meses. As ações da Hydro despencaram até 14% no pregão europeu.

Segundo o diretor do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Químicas (Sind Químicos) de Barcarena, Luzcemand Malcher, as negociações entre a empresa e o sindicato estão em andamento e foi convocada assembleia para hoje:

— Esperamos que a empresa apresente uma proposta para manter os empregos. Temos uma liminar que impede as demissões.

A Hydro afirma que a refinaria e a mineradora concederam férias coletivas para cerca de mil empregados entre maio e junho, diante da redução das atividades.

Segundo a empresa, foram investidos R\$ 10 bilhões nos últimos dez anos.

(Com agências internacionais)

VEÍCULO: O Globo

Data: 04/10/2018

Seção: Sociedade

Autor: Geralda Doca Brasília

Título: Governo adia horário de verão para 18 de novembro

Mudança foi pedida pelo MEC, para não atrapalhar os estudantes que farão o Enem em todo o país

O horário de verão começará no dia 18 de novembro —depois da realização das provas do Enem (Exame Nacional do Ensino Médio). A data de início estava prevista para 4 de novembro, mas foi adiada a pedido do Ministério da Educação para não prejudicar os estudantes que farão o exame, nos dias 4 e 11 do mês que vem.

O martelo foi batido ontem pelo presidente Michel Temer em reunião com o **ministro de Minas e Energia, Moreira Franco**. O decreto presidencial com o horário de verão será publicado no Diário Oficial da União nos próximos dias. Neste ano, o horário de verão começará mais tarde também por um pedido do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). A Corte pediu que a mudança de horário só

ocorresse depois das eleições para evitar atrasos na apuração dos votos e na divulgação dos resultados.

O segundo turno ocorrerá no dia 28 deste mês. Um dos exemplos citados pelo tribunal foi o Acre, onde as urnas são fechadas três horas depois da contagem de votos já ter sido iniciada nas regiões Sul, Sudeste e parte do Centro-Oeste. Atualmente, adotam o horário de verão os estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Distrito Federal.

DURAÇÃO MENOR

Já a data final para o horário de verão foi mantida para o terceiro domingo de fevereiro de 2019. Com isso, ele terá duração menor na comparação com outros anos. Em 2017, o horário de verão começou no dia 15 de outubro e terminou em 18 de fevereiro de 2018.

A confusão aconteceu porque, ao marcar a data do Exame Nacional do Ensino Médio, técnicos do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacional Anísio Teixeira (Inep) não levaram em consideração um decreto que havia sido editado pela Presidência em 2017, fixando o início do horário de verão no primeiro domingo de novembro.

Ao perceber que as datas coincidiam, o que aconteceu somente na semana passada, o ministério enviou um ofício à Presidência solicitando o adiamento da mudança para não atrapalhar a realização da prova.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 04/10/2018

Seção: Mercado

Autor:

Título: Maior refinaria de alumina do mundo paralisa produção no PA

Manaus - Após sete meses operando com a metade da capacidade por decisão judicial, a refinaria de alumina Hydro Alunorte (PA) anunciou nesta quarta-feira (3) que paralisará a produção.

O motivo, segundo a empresa, é a impossibilidade de usar uma das duas áreas de depósito de resíduos de bauxita. A única que está em operação teria chegado ao máximo da capacidade.

Além da refinaria, os trabalhos na mina de bauxita em Paragominas (PA) também foram suspensos.

A Alunorte, que fica em Barcarena, próxima a Belém, é a maior refinaria de alumina do mundo. Por causa do anúncio, as ações da Hydro caíram 7,3% na Bolsa de Oslo nesta quarta.

A Hydro Alunorte não informou se haverá demissões. Nos últimos meses, 1.000 dos seus 6.000 funcionários diretos e indiretos entraram em férias coletivas por causa da redução das atividades.

A empresa de capital norueguês foi acusada pelo Instituto Evandro Chagas de ser responsável pelo transbordamento de rejeitos durante as fortes chuvas que caíram em meados de fevereiro sobre a cidade de Barcarena.

Em inspeção no local, o Ibama não confirmou o transbordamento, mas embargou um dos depósitos de resíduos (DRS 2) e multou a Hydro em R\$ 10 milhões por operá-lo sem licenciamento ambiental. Fabiano Maisonnave

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 04/10/2018

Seção: Cotidiano

Autor: Marcelo Leite

Título: Presidenciáveis apresentam poucas metas específicas para o ambiente

Candidatos, exceto Bolsonaro, concordam superficialmente com Acordo de Paris e desmatamento zero

Quem assiste aos debates dos candidatos a presidente não ouve falar muito de ambiente, Amazônia, energia ou mudança climática. Mas esses temas estão lá nos programas de governo registrados, quase todos rendidos ao “ecologicamente correto”, na tentativa talvez de conquistar os votos de jovens.

Os documentos são bem sumários na sua adesão à pauta verde, em particular no que se refere a objetivos quantificáveis. Para tentar preencher as lacunas, consideram-se aqui, igualmente, declarações dos candidatos e respostas de suas campanhas para 15 perguntas enviadas aos cinco mais bem colocados no Datafolha (só PT, PSDB e Rede responderam).

Desafinando o coro, Jair Bolsonaro (PSL), que lidera as pesquisas de intenção de voto, já anunciou que, eleito, retiraria o Brasil do Acordo de Paris, no qual enxerga ameaça à soberania nacional.

O documento adotado em 2015 na capital francesa contém metas fixadas de forma voluntárias em cada país, sem interferência externa. Trata-se de diminuir

emissões de gases do efeito estufa para conter o aquecimento da atmosfera em no máximo 2°C neste século, a fim de suavizar a mudança climática.

No caso do Brasil, o acordo passou a ter força de lei nacional com sua ratificação pelo Congresso. Não há sanções previstas, contudo, em caso de descumprimento das metas.

O impulso por trás da posição de Bolsonaro parece ser o de agradar os setores do agronegócio refratários a qualquer regulamentação que erga obstáculos à fronteira agrícola. Com a atenção crescente para a Amazônia, muitos querem liberdade para prosseguir abrindo áreas de cerrado, que já perdeu metade da vegetação original.

O candidato do PSL propõe anexar o Ministério do Meio Ambiente ao da Agricultura. Quer ainda interromper a demarcação de terras indígenas e quilombos e mobilizar o Exército para pavimentar a rodovia que liga Manaus a Porto Velho, a BR-319, algo que pode incentivar a devastação numa parte das mais preservadas da Amazônia.

Apesar de ignorar a mudança climática, o programa de Bolsonaro defende uma nova matriz energética para o país, com incentivo a fontes limpas e renováveis, em especial no Nordeste. O gás natural entraria como energia de transição para reduzir emissões de carbono — mas com o fim do monopólio da Petrobras na área e cancelamento da exigência de conteúdo local na exploração do pré-sal.

Energias alternativas e renováveis constituem, portanto, o único consenso entre os presidenciáveis a incluir Bolsonaro. Seu diminuto programa não faz menção a mecanismos tributários para incentivar a descarbonização da economia, como defendem Fernando Haddad (PT), Ciro Gomes (PDT), Geraldo Alckmin (PSDB) e Marina Silva (Rede).

Só Haddad pôs números em sua proposta, projetando redução de 46,5% na tributação para investimentos “verdes”, sem detalhar os critérios para essa categoria. O petista também menciona a criação de uma taxa de carbono neutra, que não aumente a carga tributária.

Ciro fala em “precificar a poluição” por meio de taxas ou de um mercado de emissões de carbono (em que os menos eficientes podem comprar permissões para poluir dos mais eficientes). Marina propõe aumentar a Cide para combustíveis com maior emissão de carbono, no curto prazo, e o binômio taxa/mercado, no médio prazo.

Todos dão destaque para a eletricidade solar, fonte alternativa que mais cresce no mundo. Haddad propõe 2 milhões de painéis residenciais até 2022, contra

1,5 milhão de candidata da Rede - mas não indicam as fontes de recursos para isso. Ambos prometem interromper a expansão da energia nuclear.

No que se refere à Amazônia, os quatro adversários do PSL convergem para as ideias de desmatamento zero, que afinal está nas metas brasileiras para Paris. Alguns avançam com relação ao objetivo oficial (acabar com o desmatamento ilegal), seja ao adotá-lo em termos absolutos (Marina), seja líquidos (Haddad), ou seja, descontando da devastação o que houver de recuperação florestal.

Quanto às políticas para chegar a isso, há certo consenso fora do campo bolsonarista sobre a necessidade de promover a regularização fundiária, por meio de retomada do programa Terra Legal, e de ordenar o uso da terra por meio de um zoneamento ecológico-econômico (ZEE). Não há menções explícitas ao cerrado, porém.

Haddad e Marina concordam ainda em dar prioridade para a agricultura de baixo carbono (ABC) no Plano Safra e em descartar novos adiamentos no cadastramento ambiental rural (CAR) previsto no Código Florestal. Já Alckmin admite prorrogação.

Além da omissão sobre o cerrado e da escassez de objetivos específicos e quantificáveis (para nada dizer dos recursos para alcançá-los), faltam planos concretos para adaptação do país à mudança climática e uma posição clara sobre expandir ou não o aproveitamento hidrelétrico dos rios da Amazônia (só Marina o rechaça).

Chama atenção, ainda, que tantas promessas se refiram a 2030 ou até 2050, muito além do mandato presidencial que se encerra em 2022.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 04/10/2018

Seção: Colunas

Autor: Andreza Matais

Título: » Suspense.

Coluna do Estadão

O TSE estima que até as 21h de domingo poderá informar se haverá 2.º turno. Como o início do horário de verão foi adiado para 18 de novembro, os votos do Nordeste começarão a serem apurados junto com os do Sul e do Sudeste.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 04/10/2018****Seção: Economia****Autor: Renata Batista /RIO****Título: Hydro Alunorte suspende 100% das atividades no Pará**

Empresa operava com 50% de sua capacidade desde fevereiro, após denúncia por despejar rejeitos em rios

A Hydro Alunorte anunciou ontem a paralisação de suas atividades de extração de bauxita e produção de alumina no Pará. A empresa já operava com 50% de sua capacidade desde fevereiro, quando foi denunciada por despejar rejeitos de forma irregular em rios e riachos dos municípios de Barcarena e Paragominas. Sem um acordo para retomar plenamente suas atividades, decidiu interromper a produção. Não há previsão para retorno.

De acordo com a empresa, a retomada depende da liberação de uma segunda área de depósito de resíduos de bauxita (DRS2), que estava em teste em fevereiro, e de um novo sistema de filtro prensa. As duas estruturas estão embargadas, e a Hydro alega que a única área de depósito de resíduos em atividade (DRS1) está próxima de sua capacidade total, o que a obrigou a suspender as operações da mina já a partir de ontem.

"As operações (da mina) serão interrompidas de maneira segura, podendo se estender por uma semana até a parada completa do DRS1. Depois disso, os preparativos para a suspensão das operações na refinaria (para produção de alumina) levarão de 30 a 60 dias", informou a companhia, que ainda não definiu como equacionará a situação de seus empregados.

Desde fevereiro, a refinaria e a mineradora deram férias coletivas para mil empregados para mitigar os impactos da redução das atividades. Em julho, a Mineração Paragominas suspendeu temporariamente os contratos de 80 trabalhadores cortou 175 posições terceirizadas. Ontem, as ações da companhia, listadas na Bolsa canadense, tiveram queda de 13%.

Em setembro, a companhia assinou dois acordos com o governo paraense e com o Ministério Público Federal (MPF). Segundo a empresa, nenhum deles está ligado ao fim do embargo do novo depósito e ao sistema de filtro. O Estado procurou o governo do Pará, mas até o fechamento desta edição não obteve resposta.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 04/10/2018****Seção: Economia****Autor: Lorena Rodrigues /BRASÍLIA****Título: Cade investiga companhias de combustível e aeroporto**

O Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) abriu processo contra distribuidoras de combustível e a administradora do Aeroporto Internacional de Guarulhos (SP), GRU Airport, por suspeita de barrarem a entrada de concorrentes no fornecimento de querosene de aviação. São investigadas as empresas Raízen, BR Distribuidora e Air BP, além da GRU Airport.

A investigação teve início em 2014, após denúncia da empresa Gran Petro, sob a alegação de que as distribuidoras e a GRU Airport estariam impedindo sua atuação no aeroporto. As três distribuidoras teriam contrato com a GRU Airport que prevê a entrada de outra empresa na base de distribuição no aeroporto somente com anuência das participantes.

De acordo com o Cade, esse dispositivo foi investigado pela Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), que concluiu que ele infringia contrato de concessão com a União. A GranPetro também acusou a Raízen de dificultar a atuação da empresa na região de Paulínia, onde fica uma refinaria da Petrobrás.

Em nota, o GRU Airport informou que cumpre rigorosamente a legislação concorrencial. A Raízen avalia o processo para se manifestar e informou que deu início a negociações com a GranPetro em 2014, mas as conversas foram "descontinuadas" pela denunciante.

Já a Petrobrás Distribuidora afirmou que "sempre pautou sua conduta com base na observância das normas aplicáveis às suas atividades, tanto de defesa da concorrência como as demais normas regulatórias e de segurança operacional". Disse ainda que, quanto ao inquérito do Cade, "foram prestadas todas as informações e esclarecimentos solicitados pela Autoridade, e a BR continuará adotando todas as medidas cabíveis nesta nova etapa processual para comprovar a licitude de suas ações".

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 04/10/2018****Seção: Metrópole****Autor: Leonardo Augusto - ESPECIAL PARA O ESTADO BELO HORIZONTE****Título: Mariana: indenização por tragédia será individual**

Moradores negociarão diretamente com a Renova; ruína de barragem matou 19 e destruiu distrito em 2015. MP estima R\$ 2 bilhões em acordos

O Ministério Público do Estado de Minas e a Fundação Renova fecharam acordo para indenização de atingidos pelo rompimento da barragem da Samarco, em 5 de novembro de 2015, em Mariana. Pelo termo, cada morador com direito à indenização terá de negociar diretamente com a Renova o valor a receber. A estimativa do promotor Guilherme de Sá Meneghin, responsável pelo acordo, é de que sejam pagos R\$ 2 bilhões.

O desastre matou 19 pessoas e destruiu o distrito de Bento Rodrigues. A lama que desceu da barragem destruiu flora e fauna, atingiu o Rio Doce e chegou ao Oceano Atlântico pelo litoral do Espírito Santo, onde está a foz do curso d'água. O acordo vale exclusivamente para moradores de Mariana atingidos. Esse total, hoje, é de aproximadamente 3 mil pessoas, mas pode chegar a 4 mil, segundo o promotor.

A Fundação Renova, que vai negociar com os atingidos, é formada por representantes da Samarco, das suas duas controladoras – BHP Billiton e Vale – e do setor público. Em comunicado, a fundação destaca que o acordo "foi assinado pela Renova e pelo Ministério Público".

Para Joceli Andrioli, membro da coordenação nacional do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), a análise, feita de forma individual, fragiliza as pessoas que têm indenização a receber pela tragédia ocorrida em Mariana. "Só a organização dos atingidos e a pressão popular podem garantir o direito dessas pessoas", afirma.

O promotor Meneghin nega essa possibilidade. "Asseguramos assessoria jurídica a todas as vítimas. Não há problema. Tudo vai ser acompanhado. As famílias serão orientadas", disse. O promotor afirmou ainda que, caso a vítima não concorde com a negociação com a Renova, poderá acionar a Justiça, por meio do dispositivo chamado de liquidação e cumprimento de sentença, com a decisão do valor a ser pago cabendo ao juiz.

Já o vice-presidente da Associação dos Moradores de Bento Rodrigues, Mauro Marcos da Silva, considera realmente que a negociação precisa ser individual. "Há diferença no tamanho do terreno que cada um tinha, no tamanho da casa. E no que tinha dentro. Cada um vai ser ressarcido de acordo com as perdas que teve."

Prova. Ainda segundo o promotor, foi garantido no acordo que, ao contrário do trâmite comum, será a empresa que terá de provar que o morador a ser

indenizado não teve o prejuízo que alega – em razão do rompimento da barragem. Meneghin afirma que serão analisados danos morais e materiais.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 04/10/2018

Seção: Negócios

Autor: Amauri Segalla

Título: Banco do Brasil escolhe MG para projeto de energia solar

Mercado S/A

Em parceria com a EDP, o Banco do Brasil passará a contar com uma usina de captação de energia solar. O local escolhido é Januária, no Norte de Minas. A energia gerada nas instalações de 150 mil metros quadrados vai ajudar a abastecer 58 agências da instituição financeira no estado. A operação de abastecimento com energia solar deve acontecer ainda em 2019. Já há planos para construir mais duas usinas em Minas, além de Goiás, Distrito Federal, Pará e Bahia. O BB passa a ser o primeiro banco a usar essa fonte em seu negócio. Com o investimento, a instituição espera reduzir em cerca de R\$ 82 milhões, em um período de 15 anos, a sua conta de luz. O valor equivale à economia de 58% nas despesas com energia dessas unidades. Atualmente, segundo dados da Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica (Absolar), o Brasil tem 37.107 sistemas solares fotovoltaicos conectados à rede.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 04/10/2018

Seção: Brasil

Autor: Rodrigo Polito e Camila Maia | Do Rio e de São Paulo

Título: Eleito deve enfrentar crise energética e pressão tarifária

O próximo presidente da República deve se deparar com uma crise energética já em seu início de mandato, em janeiro de 2019. O baixo nível previsto para os reservatórios das hidrelétricas do país, devido ao cenário ruim para as chuvas, indica que será necessário o acionamento de térmicas mais caras para poupar água.

Por enquanto, o quadro, dizem especialistas, não mostra riscos de desabastecimento de energia em 2019, mas o acionamento das térmicas só agrava o cenário de um "tarifaço". Ou seja, repasse para o consumidor de vários custos que se acumulam por pendências do setor. É consenso que a situação

hídrica é grave e exigirá despacho de termelétricas mais caras para evitar um esvaziamento dos reservatórios. O problema é a remuneração das térmicas.

Para a Associação Nacional dos Consumidores de Energia (Anace), os reservatórios hidrelétricos do subsistema Sudeste/Centro-Oeste, responsável por 70% da capacidade de armazenamento de água para geração de energia do país, não vão se recuperar no próximo verão a ponto de permitir operação confortável do sistema elétrico no período seco (entre abril e novembro). Para a entidade, que reúne pequenos e médios consumidores, o cenário hidrológico desfavorável terá impacto no custo da energia de 2019.

"Que recuperação você pode ter a partir de novembro com o período úmido? Para nós, certamente não voltaremos, no fim de março do ano que vem, a um nível confortável de 50%, 55% [de armazenamento no Sudeste/Centro-Oeste], que seria o ideal para enfrentar mais um período seco", afirmou Carlos Faria, presidente da Anace. "Com isso, você tem a geração térmica que vai continuar em patamares elevados, como está hoje. Hoje temos cerca de 13 mil MW médios sendo gerados de térmicas e vamos continuar com isso."

Pelos cálculos da Anace, os reservatórios do Sudeste/Centro-Oeste chegarão ao fim de novembro com cerca de 22% de armazenamento. Para o fim do próximo período chuvoso, em abril, a entidade projeta um estoque de apenas 45%: "É muito ruim para enfrentar um período seco. Vamos ter a repetição do que está acontecendo neste ano". Os reservatórios do Sudeste/Centro-Oeste estão com 22,7% da capacidade. A última previsão oficial do operador para o fim de outubro é de 17,9%.

Em meio a este cenário e a uma sucessão presidencial, **o Ministério de Minas e Energia (MME)** surpreendeu ao abrir nesta semana duas polêmicas consultas públicas para viabilizar o funcionamento de termelétricas a gás natural sem contrato, com potencial de repasse de custos milionários aos consumidores. As consultas foram abertas com prazo de apenas quatro dias para contribuições, diante da alegada urgência de uma solução para o problema.

As consultas envolvem propostas de repasse ao consumidor dos custos necessários para viabilizar a operação de quatro térmicas a gás que estão com problemas na oferta do combustível: Termofortaleza (da Enel), Araucária (da Copel, com participação da Petrobras), Uruguiana (AES Tietê) e Cuiabá (JBS).

As propostas, que implicam aumento de tarifa via encargos, surgem justamente no momento em que **o ministro Moreira Franco** defende a redução tarifária e a adoção de um modelo mais simples para a cobrança da energia, para que o consumidor entenda mais facilmente o que está pagando.

Na segunda-feira, o MME abriu consulta para viabilizar a geração da Termofortaleza, parada desde fevereiro por conflito entre a Enel e a Petrobras. A estatal prefere pagar multa a entregar o gás ao preço estabelecido pelo Plano Prioritário de Termelétricas (PPT), criado em 2000 às vésperas do racionamento de energia do ano seguinte. A consulta propõe que a diferença entre a tarifa do contrato da termelétrica e o novo preço cobrado pela Petrobras seria pago via encargo pelos consumidores.

No dia seguinte, foi lançada outra consulta, para viabilizar a operação das outras três térmicas que hoje estão indisponíveis por falta de gás. Nesse caso, a consulta propõe ajustar o custo variável unitário das usinas, que seria acrescido de parcela fixa referente à remuneração dos investimentos (que normalmente seriam remunerados por contrato de venda de energia de longo prazo, inexistente no caso das usinas que operam em regime de "merchant").

Além disso, o governo propõe a liquidação da energia das quatro térmicas em separado, para evitar que a inadimplência atual no mercado de curto prazo afete essas usinas.

A Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) deve se posicionar contra a proposta do MME de liquidação em separado por entender que a medida é contrária ao princípio de isonomia dos agentes, segundo Talita Porto, conselheira da CCEE. A câmara estuda fazer uma contribuição às consultas públicas abertas pelo MME. O problema é que, devido ao prazo curto para o envio de contribuições, o material pode não ser concluído a tempo.

O presidente da Associação de Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres (Abrace), Edvaldo Santana, criticou a abertura das consultas públicas com pouco tempo para o envio de contribuições, o que limita a transparência e a participação dos agentes do setor. Segundo ele, o quadro energético atual apresentado pelo governo não justifica um aumento de custos para o consumidor para suportar a operação dessas térmicas. "Se tudo está sob controle, não justifica o consumidor pagar esse impacto. Preocupa-me, além dos custos, o que pode estar acontecendo do ponto de vista energético e que nós não estejamos sabendo", disse.

Questionado sobre o assunto, Rodrigo Limp, diretor da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), disse que a agência é favorável à solução para despacho dessas usinas, que poderiam operar no lugar de outras termelétricas mais caras, a óleo combustível e diesel.

Para o presidente do Instituto Acende Brasil, Claudio Sales, considerando o cenário de acionamento de térmicas fora da ordem de mérito, a proposta de

acionamento da Termofortaleza, com remuneração por ESS, seria mais barata para o consumidor do que despachar térmicas com custo ainda mais alto.

Para justificar as propostas, o MME anexou ao material da consulta pública uma carta enviada pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) com simulações feitas em agosto e que projetavam um nível de estoque dos reservatórios do Sudeste/Centro-Oeste entre 14,6% e 12,2% no fim de novembro.

De acordo com Leonardo Calabro, vice-presidente de operações da consultoria Thymos Energia, as projeções anexadas pelo MME estão defasadas, já que foram feitas em agosto. Pelos cálculos da Thymos, os reservatórios de todo o país chegariam a 22% ao fim do período seco, no início de dezembro, considerando o despacho fora da ordem de mérito de termelétricas. "Excluindo o despacho das termelétricas, podemos chegar ao fim de novembro com um volume próximo de 18% dos reservatórios de todo o país", disse Calabro.

Esse nível é muito baixo, mas o que se comenta no setor é que não exigiria uma proposta feita via consulta com tal açodamento.

Na última semana, a hidrologia teve leve melhora, que permitiu o desligamento de termelétricas fora da ordem de mérito (com custo superior ao preço de energia no mercado à vista). Essas oscilações de curto, no entanto, não mudam a visão dos especialistas, de que o acionamento das usinas será inevitável, assim como a alta do custo.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 04/10/2018

Seção: Brasil

Autor: André Ramalho | Do Rio

Título: Petrobras quer recuo de ANP em cálculo de preço

A Petrobras sugeriu que a Agência Nacional de Petróleo (ANP) reveja sua posição sobre a intenção de aumentar a transparência dos preços dos combustíveis. Segundo a estatal, a proposta de obrigar produtores e importadores a abrirem as suas fórmulas de precificação introduz uma "elevada insegurança jurídica" ao setor e poderá levar a um "retrocesso na evolução do mercado competitivo".

A ANP espera publicar em até dois meses a resolução que trata do assunto. A minuta foi alvo de um intenso debate, ontem, em audiência pública na sede da agência, no Rio. O auditório ficou pequeno para a quantidade de agentes

interessados em discutir os rumos da regulação dos preços. A principal queixa girou em torno da proposta de obrigar as empresas a abrirem suas fórmulas.

A iniciativa recebeu críticas principalmente de refinadores, distribuidoras e importadoras. Representes dos consumidores industriais, por sua vez, se mostraram mais abertos à proposta.

O diretor da ANP José Cesário Cecch, defendeu que intervir nos preços é a "última coisa" que a agência deseja. Segundo ele, o nível de resistência à proposta é alto, porque se trata de uma mudança cultural e porque ainda há entre os agentes do mercado um "ranço" de um passado intervencionista.

"[A proposta] É uma mudança de paradigma. É uma matéria polêmica? É, porque é uma mudança de cultura, uma mudança estrutural do mercado", disse o diretor. "A própria empresa é que define os preços. Não estamos preocupados com o preço, e sim com a transparência dos componentes que formam os preços", completou.

O gerente-executivo de marketing e comercialização Guilherme França alegou, contudo, que a proposta pode ter efeito contrário ao esperado e afastar investimentos, em vez de atraí-los.

"O Brasil tem condições muito atrativas. Somos o 7º maior mercado consumidor de combustíveis do mundo, temos uma produção que é crescente, somos importadores e temos margens de refino atrativas... Mas essa proposta não é aderente aos objetivos de fomentar investimentos."

A minuta de resolução elaborada pela ANP propõe que todos os contratos de fornecimento de gasolina, diesel, óleo diesel marítimo, óleo combustível, asfaltos, combustível de aviação e gás liquefeito de petróleo (GLP) deverão conter as parcelas da fórmula de preço de forma clara e passível de cálculo prévio pelos agentes.

"O exercício da livre-iniciativa só será efetivo se o agente econômico puder preservar seus segredos empresariais (compreendem os livros de escrituração comercial, as correspondências, a carteira de clientes, as tabelas e as fórmulas de preços, entre outros). Essas informações e conhecimentos, acumulados pelo empresário ao longo dos anos, constituem parte do patrimônio imaterial de determinado agente na condução dos seus negócios", defendeu a Petrobras, na contribuição enviada à ANP.

A visão é compartilhada pela Associação Nacional das Distribuidoras de Combustíveis, Lubrificantes, Logística e Conveniência (Plural). Segundo a entidade, a transparência das fórmulas expõe as margens de lucro das empresas

e revelam suas respectivas estratégias comerciais, "ferindo o seu sigilo empresarial".

"As constantes intervenções na política de preços no país têm sido o principal inibidor da entrada de agentes no refino e importação, representando insegurança jurídica e desestimulando investimentos."

Empresas como a distribuidora Raízen, a importadora Amazonas Energia e a refinaria privada Riograndense também manifestaram preocupação com a abertura.

Já os consumidores, representados pela Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres (Abrace) e pela Associação Brasileira das Empresas Aéreas (Abear), mostraram apoio à proposta da ANP.

O presidente da Abrace, Edvaldo Santana, comparou a situação do setor de combustíveis com o de energia elétrica e destacou que a transparência nos preços do mercado de curto prazo, no setor elétrico, foi benéfico para o setor. "Pedimos apenas prudência para que essa proposta da ANP não leve a uma judicialização, mas precisamos preservar a transparência."

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 04/10/2018

Seção: Brasil

Autor: Camila Maia | De São Paulo

Título: Despacho 'excepcional' de térmica de Fortaleza custaria R\$ 220 milhões

O despacho "excepcional" da Termelétrica Fortaleza, operada pela italiana Enel, pode custar cerca de R\$ 220 milhões a mais aos consumidores nos próximos três meses, de acordo com cálculos de Sandro Saggiorato, gerente de risco de mercado da Electra Energy.

O Ministério de Minas e Energia (MME) abriu na segunda-feira uma consulta pública para discutir a retomada da operação da termelétrica, por 90 dias, para reforçar o suprimento de energia no país, especialmente no Nordeste. O empreendimento, que está atrelado a um contrato de longo prazo de venda de energia, está com o funcionamento suspenso devido a um impasse entre a Enel e a Petrobras sobre o fornecimento de gás natural.

A proposta do MME visa retomar o funcionamento da usina sem resolver, de fato, o conflito sobre o fornecimento de gás.

O custo adicional seria arcado pelos consumidores, por meio de encargos de serviço do sistema (ESS). Segundo nota técnica do governo, a usina, se despachada, será operada a R\$ 524,69/MWh, com custo adicional de R\$ 351/MWh em relação ao contrato original. O preço original do contrato é questionado pela Petrobras por ser muito baixo, originário do Programa Prioritário de Termelétricidade (PPT), criado em 2000.

Considerando a potência instalada da termelétrica, de 326 MW, o acionamento por 90 dias deve gerar o custo adicional de R\$ 220 milhões, considerando um fator de capacidade de 90% para a usina.

Na prática, a proposta do MME se aproxima de um polêmico dispositivo incluído na Medida Provisória (MP) 814, que tratava da viabilização da venda das distribuidoras da Eletrobras e que caducou em junho. O preço fixado em contrato do PPT é de US\$ 4 por milhão de BTU, mas uma emenda da MP previa a atualização do valor para a média de mercado.

Em nota, a Enel disse entender que a portaria do MME em consulta pública visa sanar temporariamente uma questão que "prejudica todos os consumidores de energia do país", e não só a Termofortaleza. Segundo ela, entre março e agosto deste ano, período no qual a usina não operou, o custo acumulado foi de R\$ 200 milhões, considerando custos adicionais para o sistema e impactos diretos ao consumidor através da tarifa de energia devido ao acionamento de térmicas mais caras, incluindo usinas movidas a óleo diesel.

"A companhia acredita ainda ser extremamente necessária a preservação do ambiente legislativo e regulatório do país de forma a assegurar a estabilidade dos contratos e o ambiente seguro de investimentos", disse a Enel.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 04/10/2018

Seção: Empresas

Autor: Renato Rostás e Paulo Henrique Gadelha | De São Paulo e Belém

Título: Pressionada, Hydro vai paralisar parte dos negócios no Brasil

Pressionada por proibições de três diferentes órgãos sobre sua fabricação das matérias-primas do alumínio, o grupo norueguês Norsk Hydro anunciou ontem, de surpresa, a paralisação das atividades da mina de bauxita Paragominas e da refinaria de alumina Alunorte, ambas no Pará.

Há sete meses a companhia está impossibilitada de produzir mais de 50% da capacidade da Alunorte, localizada em Barcarena, depois que foi acusada de

contaminar solo e águas próximas à unidade no período de fortes chuvas que a região enfrentou em fevereiro. Agora, 100% das operações já começaram a ser desligadas temporariamente.

Segundo o vice-presidente da área de bauxita e alumina - que compreende basicamente essas operações no Brasil -, John Thuestad, a negociação para resolver a situação vai continuar. Ele relata que os embargos sobre a produção e o armazenamento de resíduos vêm do Ibama, do governo do Pará e da Justiça.

A motivação foi a falta de licenciamento para retomar o uso de seu depósito de rejeitos 2 (DRS 2), mais moderno e com tecnologia de filtragem inovadora, que total custou mais de R\$ 1 bilhão em investimentos. Ele seria mais seguro, garante a empresa. Como só o DRS 1 está liberado pelas autoridades, sua vida útil ficou mais próxima de acabar, antes do que se previa.

"A decisão foi técnica", declarou o presidente global da Hydro, Sven Richard Brandtzaeg, durante teleconferência.

É possível que o desligamento também traga problemas à Albras, de alumínio primário também situada em Barcarena. Desse terceiro negócio, a Hydro detém 51% do capital social. O restante é dividido com grupo japoneses do consórcio Nippon Amazon Aluminium Company (Naac).

Em entrevista coletiva realizada em Belém, Carlos Neves, diretor de operações de bauxita e alumina, afirmou que a Albras ainda será alimentada por mais um tempo, com o material que possui em estoque. Depois disso, se a refinaria de alumina não tiver sido religada, é possível que também tenha de cortar a produção. Ao **Valor**, Thuestad disse que não comentaria o assunto pois não é controlador integral do negócio.

Desde março, até a decisão de ontem, as três operações atuavam com 50% de sua capacidade.

O banco UBS lembrou, em relatório, que a norueguesa havia estimado poder usar mais de 12 meses o depósito mais antigo. Por isso, a notícia foi recebida com surpresa e frustração pelo mercado. Os analistas escreveram que há uma percepção de que o desligamento é resultado da falta de progresso nas conversas com as autoridades.

Como pegou os investidores de supetão, as ações da Hydro desabaram na bolsa norueguesa. Os papéis fecharam ontem em queda de 11,85% em Oslo, para 43,38 coroas (US\$ 5,30). É o pior nível em 21 meses. Os três negócios da Hydro no país tiveram receita líquida de R\$ 9,66 bilhões em 2017.

O Citi, por exemplo, decidiu rebaixar sua recomendação sobre as ações de compra para neutra. Segundo o banco, o entendimento geral do mercado era de que a Alunorte voltaria no começo de 2019. É bem provável, acrescenta o relatório, que esse prazo seja estendido agora. O UBS, por sua vez, enxerga uma chance de a refinaria só voltar à normalidade após a temporada chuvosa no Pará, por volta do segundo trimestre.

Parte da surpresa se deu porque há menos de um mês a Alunorte assinou um termo de ajustamento de conduta (TAC) com o Ministério Público Federal (MPF), o Ministério Público Estadual do Pará (MPPA) e o governo paraense, e um termo de compromisso (TC) com o Pará. No total, a empresa vai gastar mais de R\$ 400 milhões em ações ambientais e comunitárias.

O imbróglio começou em fevereiro, quando fortes chuvas levantaram a suspeita de vazamento ou transbordo de rejeitos em Barcarena. Laudos do Instituto Evandro Chagas (IEC) confirmaram a presença de contaminantes na água e no solo, mas uma auditoria externa contratada pela Norsk Hydro chegou à conclusão de que não.

Com a paralisação das atividades, a Hydro buscará alternativas para conservar a mão de obra nos dois municípios. Na unidade de Barcarena, a empresa emprega, aproximadamente, 2 mil trabalhadores diretos e mais de 2 mil indiretos. Em Paragominas, são quase 2 mil empregados diretos e mais de mil indiretos. A empresa está negociando com os sindicatos.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 04/10/2018

Seção: Empresas

Autor: Renato Rostás | De São Paulo

Título: Parada na Hydro impulsiona alumínio

A parada total das operações de bauxita e alumina da Norsk Hydro no Brasil sacudiu o mercado de alumínio ontem. A decisão do grupo norueguês ajudou a reverter a tendência recente das áreas primárias, que era de baixa, e a expectativa de que a unidade de alumínio metálico também corte a produção ajudou a impulsionar os preços do metal.

A Hydro Paragominas é uma mina de bauxita com capacidade produtiva de 15 milhões de toneladas por ano. Metade dela já estava sem atividade, então quase 7 milhões de toneladas sairão do mercado. No caso da Hydro Alunorte, maior refinaria de alumina do mundo - 10% do total fabricado em todo mundo,

exceto a China -, a capacidade é de 6,2 milhões de toneladas. Assim, 3 milhões de toneladas deixarão a oferta internacional.

A bauxita é o minério usado para a produção da alumina, um óxido de alumínio. Esse produto é, então, processado, para se tornar o alumínio metálico, que será transformado em produtos de alumínio. Apesar de esses desligamentos da Hydro atingirem apenas o início da cadeia, a Albras, de alumínio, também pode ser impactada, segundo a companhia norueguesa.

Os contratos futuros de três meses do alumínio subiram 4,2% ontem na Bolsa de Metais de Londres (LME, na sigla em inglês), terminando cotados em US\$ 2.206 a tonelada. Há quatro meses que os preços da matéria-prima não eram tão altos.

Esse impulso é influenciado pela alumina mais cara. Logo depois do anúncio da Hydro, a consultoria Capital Economics, por exemplo, já decidiu elevar sua estimativa de preço para a alumina no fim do ano, de US\$ 400 para US\$ 450 a tonelada. Antes da parada de metade da Alunorte, em março, o produto valia menos de US\$ 400.

O UBS projeta em US\$ 510 a média total dos preços da alumina durante este ano.

Nas últimas duas semanas, o mercado, na verdade, apontava para uma correção dos preços para baixo. Greves na Austrália em refinarias da Alcoa foram resolvidas e a expectativa era que, após a Hydro chegar a um acordo com as autoridades brasileiras, sua operação voltaria ao normal. O ajuste era necessário, já que a rentabilidade da maioria das fundições estava pressionada.

Um levantamento da própria Capital Economics, antes de a Hydro desligar temporariamente 100% da Alunorte, mostrava que o prêmio de transformação da alumina em alumínio já havia caído para 4 vezes, ante 5 vezes de média nos últimos cinco anos.

A consultoria INTL FCStone, especialista em commodities, escreveu na semana passada que o fim da greve na Alcoa derrubariam os preços tanto da alumina quanto do alumínio. Agora, acredita que a cotação mais alta da alumina ajudará a sustentar um alumínio primário mais caro.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 04/10/2018****Seção: Empresas****Autor: Camila Maia | De São Paulo****Título: CPFL reúne serviços não regulados em unidade**

A CPFL Energia decidiu reunir sob um único braço todas suas atividades não reguladas de serviços e soluções do grupo, como comercialização, eficiência energética, inovação e geração distribuída. Ao lançar a CPFL Soluções, o grupo tem como objetivo aumentar a captura de oportunidades por meio de uma equipe comercial única, que vai identificar e dar o diagnóstico para a necessidade de cada consumidor, explicou André Dorf, presidente do grupo, em evento para apresentar a companhia para a imprensa.

Essas atividades somam um faturamento próximo de R\$ 4,5 bilhões por ano, disse Karin Luchesi, vice-presidente de operações comerciais da CPFL Energia.

A companhia integrou, desde o começo do ano, as áreas comerciais e técnicas das empresas de prestação de serviços, e lançou agora a nova marca que vai incluir as atividades da CPFL Brasil, CPFL Eficiência e CPFL Serviços.

Segundo Karin, a CPFL já notou ganho com essa atuação de forma integrada. "Podemos oferecer a melhor solução ajuda na fidelização do cliente. Temos visto um resultado positivo, inclusive quando olhamos o 'cross sell' possível entre os negócios", disse.

"Até então, se uma pequena rede de comércio visse a oportunidade de migrar para o mercado livre, iria ligar para a CPFL Brasil. Se pensasse em reduzir despesas, ligaria para a CPFL Eficiência, cada uma com seu vendedor e sua especialidade. A partir de hoje, ela terá contato com a CPFL Soluções, que vai atender a demanda e vai ajudar a ver qual a melhor solução", disse Dorf.

A CPFL Soluções oferece serviços voltados para negócios, em um modelo "B2B" (sigla em inglês utilizada no mercado para vendas entre empresas). Para negócios "B2C" (vendas para consumidores finais), voltados aos consumidores residenciais, por exemplo, o braço de prestação desses serviços continuará sendo a Envo, lançada ano passado.

A CPFL Soluções já nasce com 2 mil funcionários e uma carteira robusta de contratos, principalmente no segmento de comercialização de energia.

Questionado sobre uma projeção de faturamento da CPFL Soluções, Dorf disse que não poderia informar o número, mas destacou a diferença entre esse negócio e a atuação do grupo em distribuição e geração de energia.

"Distribuição é um negócio intensivo em ativos, temos faturamento alto para remunerar o dinheiro alocado. Na geração, mesma coisa, é intensivo em capital. Nos novos negócios, é diferente, a essência é a prestação de serviços. Podemos ter receita menor, mas ainda assim um retorno atrativo para o acionista. Do ponto de vista de resultado, não é um número relevante, mas o retorno é muito promissor", disse.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 04/10/2018

Seção: Empresas

Autor: Stella Fontes | De São Paulo

Título: Braskem aumenta preços de resinas em outubro

A Braskem, maior fabricante de resinas das Américas, anunciou novo aumento de preços para o polietileno (PE) e para o polipropileno (PP), com aplicação neste mês, segundo transformadores plásticos. Desta vez, os reajustes vão de 5% a 10%, ou R\$ 300 para a tonelada de PE e R\$ 600 por tonelada no PP.

Os aumentos dos preços em reais das principais resinas termoplásticas têm sido praticamente mensais em 2018, diante da valorização do dólar frente ao real e do avanço dos preços do petróleo. No ano, o óleo Brent acumula alta de 28%, para cerca de US\$ 85 o barril. Tradicionalmente, a valorização do petróleo se reflete em aumento dos preços internacionais de derivados e das resinas petroquímicas.

Desde o início do ano, segundo levantamento da Associação Brasileira da Indústria do Plástico (Abiplast) a partir de relatórios de consultorias internacionais, o aumento dos preços no mercado brasileiro chega a 28% no caso do polietileno de alta densidade (PEAD), 29% para o PP e 36% no PVC.

A entidade diz que não há espaço para reajustes em 2018, uma vez que a transformação tem sido incapaz de repassar o aumento de custos também por causa do ambiente econômico doméstico desafiador. "Em um mercado repleto de micro e pequenas empresas, a possibilidade de repasse dos aumentos de matérias-primas é baixa. Prova disso é o IPP de borracha e plástica, número divulgado pelo IBGE, que registrou 6,5% de aumento de janeiro a agosto de 2018", informa em nota.

Na avaliação de um consultor da indústria, que preferiu não se identificar, ao longo do ano, os preços da Braskem vinham abaixo do chamado PPI, o preço em dólar de importação da resina, que considera a cotação internacional, frete e impostos. "Eles podem estar buscando a paridade", afirmou.

Na nota, os transformadores de plástico se queixam da dificuldade de acesso ao mercado internacional, que seria alternativa para a compra de matérias-primas, diante dos mecanismos de defesa comercial existentes. "Nosso setor não pode, neste momento, ficar refém de empresas com alto poder de mercado e com proteções que permitem que implementem no Brasil uma política de preços totalmente desalinhada com a situação que vivemos em nossa economia".

A Abiplast iniciou 2018 com expectativa de alta anual de 5% na produção física de transformados plásticos. Porém, reviu a projeção e agora estima crescimento de 2,5%, repetindo o desempenho verificado no ano passado, depois da queda acumulada de 20% entre 2014 e 2016. A expectativa é voltar a operar nos mesmos níveis de 2013 somente em 2023.

Procurada, a Braskem informou que "mantém sua prática de alinhamento de preços no mercado doméstico aos preços praticados no mercado internacional."

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 04/10/2018

Seção: Empresas

Autor: Fábio Pupo | De Brasília

Título: Cade abre processo contra BR, Raízen e Air BP

A Superintendência-Geral do Conselho Administrativo de Defesa Econômica instaurou processo administrativo para apurar supostas práticas anticompetitivas por parte de Raízen Combustíveis, Air BP, BR Distribuidora e GRU Airport (concessionária do aeroporto de Guarulhos).

Segundo o Cade, a apuração do caso teve início em dezembro de 2014 a partir de representação feita pela Gran Petro. A empresa alega que as distribuidoras e a administradora estariam impedindo sua entrada no aeroporto de Guarulhos para fornecer querosene de aviação.

Segundo o parecer da Superintendência, as três empresas alvo do processo, que compartilham uma unidade de distribuição no aeroporto de Guarulhos, teriam assinado contrato com a GRU Airport que prevê que a entrada de outra empresa nessa base dependeria da anuência das empresas.

De acordo com o Cade, o dispositivo foi investigado pela Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), que concluiu que ele infringia contrato de concessão da administradora com a União.

O Cade diz que, após o início das investigações na Superintendência, as distribuidoras concordaram em avaliar a entrada da Gran Petro na base de distribuição do aeroporto de Guarulhos, mas impuseram "uma série de exigências e dificuldades que podem configurar condutas anticompetitivas".

"As condutas praticadas pelas distribuidoras e pela administradora do aeroporto de Guarulhos teriam afetado o mercado de querosene de aviação, aumentando artificialmente as barreiras à entrada de rivais e consequentemente prejudicando a concorrência, motivo pelo qual serão investigadas por meio de processo administrativo", afirma o Cade em nota.

Com a abertura do processo, as empresas serão notificadas para apresentar defesa.

Procurada, a Raízen afirmou que é a administradora do pool em Guarulhos e disse ter iniciado negociações com a Gran Petro em 2014 para avaliar sua entrada no pool. As tratativas, diz, foram descontinuadas por opção da própria Gran Petro. "[Sobre a decisão do Cade] A Raízen informa que ainda está avaliando seus fundamentos e que irá se manifestar oportunamente nos autos", afirma nota da empresa.

A Air BP afirmou que avalia a decisão do órgão antitruste e que respeita a legislação concorrencial. Já a BR disse que prestou todos os esclarecimentos ao Cade e que "continuará adotando todas as medidas cabíveis nesta nova etapa processual para comprovar a licitude de suas ações". Procurada, a GRU Airport não se manifestou.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 04/10/2018

Seção: Empresas

Autor: Marcos de Moura e Souza | De Belo Horizonte

Título: Samarco faz acordo com famílias de Mariana

Quase três anos depois do rompimento da barragem de rejeitos da mineradora de ferro Samarco na cidade de Mariana, em Minas Gerais, a empresa e suas controladoras apresentarão propostas de pagamento de indenização para mais de 3.000 pessoas atingidas. Foi o que definiu um acordo firmado na terça-feira

pelo Ministério Público Estadual de Minas Gerais com a Samarco e com suas proprietárias, as mineradoras Vale e BHP Billiton.

O acordo é restrito a Mariana, município mais atingido pela onda de lama e rejeito de minério de ferro que desceu quando a Barragem de Fundão ruiu na tarde da 5 de novembro de 2015. O desastre deixou 19 mortos.

As três empresas terão três meses para fazer as propostas com os valores de indenização para cada família afetada em Mariana. O valor proposto deverá ser avaliado caso a caso.

O levantamento produzido pela Cáritas, instituição de ajuda humanitária que atua no caso Samarco, identificou 3.014 pessoas afetadas em Mariana que deverão ser indenizadas.

As pessoas terão um ano para negociar com as empresas eventuais revisões das propostas. Esse prazo poderá ser estendido.

Havia uma preocupação por parte dos promotores de que as indenizações pudessem ser comprometidas por prescrição de prazo, uma vez que se completassem três anos da tragédia. Mas o acordo contornou essa questão.

"Com o novo acordo, o atingido terá mais três anos para entrar em acordo com as empresas e a Fundação Renova [entidade mantida pelas mineradoras e responsável pelas ações de compensação e reparação da tragédia] ou, caso não fique satisfeito, entrar com a liquidação e cumprimento de sentença na Justiça por meio da Defensoria Pública", informou o MP por meio de nota.

De acordo com o MP, parte das indenizações será paga com R\$ 300 milhões bloqueados pela Justiça nas contas bancárias da Samarco. O total de indenizações não se limitará a esse valor, disse a promotoria.

A Renova informa que já pagou R\$ 1,1 bilhão para 7.558 famílias em outros 44 municípios - à exceção de Mariana - afetados pela lama em 2015, a qual atingiu também o Rio Doce em sua extensão - até o Espírito Santo. Esse valor se refere a indenizações e a auxílio financeiro. De acordo com a Renova, o ciclo de indenizações nessas cidades ainda não se encerrou e mais recursos serão pagos.

A Samarco interrompeu suas atividades no dia da tragédia e ainda não voltou a operar. A empresa iniciou esta semana obras de adaptação do local que substituirá a Barragem de Fundão e que receberá o rejeito quando a produção for retomada. O futuro depósito é uma cava na área da Samarco em Mariana.

A empresa tem ainda instalações de pelotização do minério, que era bombeado em forma de polpa desde Mariana até o complexo de Ubú, em Anchieta (ES). Essa unidade também continua com operação paralisada.

Procurada, a Vale informou que não comenta o assunto.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 04/10/2018

Seção: Agronegócios

Autor: Camila Souza Ramos e Juliano Basile | De São Paulo e Brasília

Título: Decisão do Cade destrava investimentos da Logum

Concebido na época do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), o etanolduto poderá enfim receber financiamento e expandir seu traçado, após três anos de paralisia nas obras. Conforme despacho publicado ontem, a Superintendência-Geral do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) deu aval à reorganização societária que tira do quadro de acionistas da Logum Logística, responsável pelo projeto, a Odebrecht Transport Participações e a Camargo Corrêa, conforme exigência do BNDES.

A Odebrecht Transport e a Camargo Corrêa detinham 20,77% e 10% de participação na Logum, respectivamente. Ambas venderam suas ações para as demais sócias - Raízen, Copersucar e Petrobras -, que passaram a deter 30% de participação cada. O valor da operação não foi revelado.

Antes, as sucroalcooleiras Raízen e Copersucar detinham 20,77% das ações da Logum, enquanto a estatal detinha 17,304%. A Uniduto, controlada pela Raízen e pela Copersucar, continua com 10% das ações da Logum.

A transação foi fechada em abril e o pedido de aprovação no Cade foi aberto em 17 de setembro.

A saída das duas construtoras do arranjo societário era uma condição imposta pelo BNDES para destravar a concessão de financiamento para novos investimentos no duto. Em 2016, o banco suspendeu operações com empresas que tiveram envolvimento na Lava-Jato, mas os repasses à Logum estavam travados desde 2015.

Nos últimos anos, a Logum vinha mantendo suas operações basicamente com capitalizações por parte dos sócios. Ao longo da safra 2016/17, os acionistas acertaram um aumento de capital de R\$ 809 milhões, e em 2017/18, determinaram um aporte de R\$ 498 milhões.

Mas nem todo o aumento de capital acertado chegou a ser integralizado. No rearranjo societário, determinou-se que a Odebrecht Transport e a Camargo Corrêa não integralizarão os aumentos de capital pendentes. Também não será integralizado aumento de capital comprometido por Raízen, Copersucar e Uniduto. Assim, haverá uma redução do capital social da Logum, que atualmente tem 1.838.461.337 ações de emissão subscritas e não integralizadas.

O acerto acaba com o entrave que faltava ser superado para que a Logum tirasse do papel seus projetos de extensão do etanolduto. Em abril deste ano, o presidente da companhia, Wagner Biasoli, afirmou em entrevista ao **Valor** que esperava iniciar a primeira das três fases de investimento no próximo ano.

A primeira etapa, orçada em R\$ 700 milhões, prevê estender o duto para todo o município de Guarulhos e alcançar São Caetano do Sul e São José dos Campos, na Grande São Paulo. Na documentação entregue ao Cade, as sócias apresentam um cronograma que prevê a conclusão dessa fase em 2021.

Na segunda etapa do projeto, que deve demandar aportes de R\$ 1,1 bilhão, o duto deve ser levado até o porto de Santos, para permitir o embarque de etanol. A última fase do projeto consiste em levar o duto para o interior do país, próximo das regiões produtoras, até Jataí (GO). Essa etapa deve consumir mais R\$ 800 milhões em investimentos.

Atualmente, o etanolduto tem capacidade para transportar 4 bilhões de litros de etanol por ano, mas em 2017 foram transportadas apenas 1,7 bilhão de litros. Nos documentos entregues ao Cade, os sócios atuais argumentam que a concentração acionária não impede que outras empresas utilizassem o duto, já que elas sozinhas "não geram demanda capaz de utilizar toda a capacidade instalada e projetada do sistema".

No processo no Cade, a Logum foi representada pelo escritório Mattos Filho Advogados, e as construtoras foram assessoradas pelo Cescon Barriau Advogados.

MME / ASCOM .